

MEIO AMBIENTE

Quatro cidades do Pará integram lista de municípios onde impacto do fogo é mais alto

 WhatsApp Facebook LinkedIn

Incêndio detectado durante Operação Fênix, em outubro de 2020, no Pará. Foto: Ascom/CBMPA

Os incêndios florestais vêm aumentando ao redor do mundo. Nos últimos anos, queimadas descontroladas devastaram extensas áreas do Pantanal, Amazônia e Cerrado. O aumento dos incêndios florestais no Brasil parece estar associado a

uma combinação entre as mudanças climáticas e o aumento do desmatamento devido ao enfraquecimento das políticas ambientais.

Do Pará, Cumaru do Norte, São Félix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia estão entre os 40 municípios onde o impacto do fogo é mais alto. Os incêndios não são naturais e tendem a se agravar com a expansão da agropecuária e mudanças climáticas

[LabFinder]

Engenharia e Meio Ambiente

Engenheiros especialistas em processos e parecer técnico da CETESB | Solicite um orçamento

labfinder.com.br

ABRIR



No novo estudo [Determinants of the impact of fire in the Brazilian biomes](#), publicado na [Frontiers in Forests and Global Change](#), pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) investigaram as causas dos incêndios nos biomas brasileiros, seus impactos na vegetação nativa e tendências futuras.

O estudo, divulgado na terça-feira, 29/03, quantifica a influência dos fatores climáticos, uso da terra, desmatamento e vegetação seca, que atua como combustível ao fogo, na ocorrência de incêndios na Amazônia, Pantanal, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa.

Ao contrário do que foi [especulado durante os incêndios de 2020](#), a presença de gado é um fator estatisticamente associado aos incêndios de grande impacto no Pantanal e no Cerrado, desconstruindo assim a lenda do “boi bombeiro”, aventada pela ministra Teresa Cristina, que afirmou que [um rebanho bovino maior poderia ter feito diminuir a dimensão dos incêndios no Pantanal](#), porque comeria

o capim nativo ou plantado, impedindo que se transformasse em material altamente combustível.

A ministra, enquanto deputada federal em 2016, já havia apresentado o Projeto de Lei 4508/2016 para permitir que o boi adentre nas áreas de reserva legal (originalmente dedicadas à conservação) por seis meses ao ano.

No entanto, novamente a ciência brasileira desfaz falácias utilizadas para influenciar a política nacional. Segundo o estudo, no Cerrado e no Pantanal, o histórico de incêndios de grande impacto mostra que eles ocorrem em áreas de vegetação nativa, comumente em Unidades de Conservação próximas a propriedades rurais que possuem maiores rebanhos bovinos e, principalmente, nas quais ocorreu desmatamento recente.

Logo, o desmatamento para a produção agropecuária e o uso do fogo para rebrota de pasto são as principais causas dos incêndios, que se iniciam em propriedades privadas, escapando em seguida para as áreas de vegetação nativa das Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ou seja, embora no Pantanal a presença de vegetação seca influencie a propagação do fogo, o uso da terra, incluindo a pecuária, o desmatamento e o clima são os fatores principais que explicam 78% da ocorrência de grandes incêndios.

Com base nessas evidências o pesquisador Raoni Rajão, coautor do artigo, afirma que: "É essencial guiar as políticas públicas com base na ciência. Fica claro que permitir o uso das reservas legais para o pastoreio não irá contribuir para a redução dos grandes incêndios, mas sim degradar ecossistemas frágeis".

Ao mesmo tempo, as Unidades de Conservação no Cerrado são sistematicamente alvo de incêndios criminosos, registrando, frequentemente, grandes queimadas apesar da presença de brigadas e de programas de prevenção de fogo em algumas delas.



Na Amazônia, as queimadas estão inerentemente relacionadas ao desmatamento ao longo da fronteira agrícola. Contudo, suas Unidades de Conservação e Terras Indígenas são ainda pouco afetadas pelos incêndios de grande impacto, funcionando como um “escudo verde”, mesmo diante da carência de fiscalização.

O estudo concluiu, assim, que os grandes incêndios não são naturais, tendo causa majoritariamente humana; porém, um clima mais quente e seco tem agravado em muito as queimadas.

Nas palavras do pesquisador Britaldo Soares-Filho, coautor do artigo: “isso tende a se tornar o novo normal”.

O estudo também mostrou que a vegetação nativa, sobretudo as formações florestais em todos os biomas, está sendo fortemente impactada pelo fogo perdendo, como resultado, sua capacidade de regeneração devido à recorrência do fogo. Por exemplo, nos 20 anos examinados pelo estudo, 45% do Pantanal, 34% do Cerrado e 9% da Amazônia pegaram fogo pelo menos uma vez.

A tendência, com as mudanças climáticas e com a expansão agropecuária, é que a maior parte do Cerrado, Pantanal e Amazônia sofram com incêndios mais intensos e vastos. Em algumas regiões do Cerrado poderão ocorrer incêndios até cinco vezes mais intensos.

Segundo o pesquisador Ubirajara Oliveira, líder do estudo: “isso tornará o trabalho das brigadas de fogo cada vez mais difícil. Será necessária a intensificação da fiscalização visando a coibição dos causadores de incêndios, aliada ao maior investimento em programas de prevenção e combate de fogo”.

Apesar dos recentes cortes no orçamento federal para esses fins, o Brasil hoje dispõe de um sistema inédito mundialmente de [previsão de incêndios para o Cerrado](#) desenvolvido pela [UFMG](#) em parceria com [INPE](#).

Inovações da comunidade científica, como essa, demonstram a resiliência da sociedade civil brasileira em desenvolver soluções em prol do meio ambiente, mesmo em um cenário atual de desmonte da ciência nacional e políticas socioambientais.

Veja o vídeo sobre a pesquisa:



Fonte: UFMG, UnB e INPE

agropecuária Amazônia Cerrado fogo incêndio mudanças climáticas Pará
pesquisa UFMG



[< ARTIGO ANTERIOR](#)

[PRÓXIMO ARTIGO >](#)

Rios amazônicos ainda sofrem com rejeitos tóxicos de indústrias estrangeiras em Barcarena

Veja as 7 ações de temas ambientais que o STF começa a julgar hoje